

### A reforma da igreja e a presença política: irmãs gêmeas

Paul Freston

2010. Eleições à vista. Volta e meia tropeçamos com um candidato evangélico, bem-intencionado e convicto de que Deus o está chamando para a política.

Um tipo que preocupa é o “solicitado”: o evangélico, muitas vezes pastor, que recebe convites lisonjeiros de não-evangélicos para se candidatar. Uma vez que o pastorado não tem um “status” social tão alto, o pastor que recebe tais convites se sente subitamente reconhecido e reluta em aceitar que possa estar sendo usado. A classe política se deu conta de que as comunidades evangélicas são donas de muitos votos e de que seus líderes perderam a antiga ojeriza à participação política. Logo, na composição de uma chapa, nada mais normal que querer a inclusão de evangélicos, de preferência pastores. Muitas almas boas se deixam levar por essas solicitações, sem perceber (ou sem querer perceber) que estão sendo usadas pelas raposas velhas da política.

Venha de onde vier o pedido para se candidatar (de evangélicos, de não-evangélicos, de si próprio), é preciso discernimento. Deus pode usar esses meios para comunicar a sua vontade, mas todos eles podem também ser fruto de presunção e delírio. Um engajamento piedoso é possível? Ai daquele que pensar: “É difícil, mas no meu caso...”. Antes, devemos pensar: “É difícil, principalmente no meu caso”. Mas a história e a analogia entre o ministério público e outros ministérios cristãos podem sugerir algumas pistas.

“Cultivar a espiritualidade” -- O cultivo da espiritualidade cristã deve aprofundar-se junto com o engajamento político. Não se trata de um exercício alienante, mas de uma recuperação da espiritualidade cristã clássica, com suas disciplinas de meditação bíblica e oração contemplativa. Só assim é possível manter o altruísmo em meio às pressões. Não bastam as boas intenções. Nossa vida é uma só, e quem denuncia injustiças na esfera pública não pode ser injusto com a própria família, nem ter relações pessoais autoritárias. Só a vida devocional pode impedir que o profetismo se degenere em mera revolta. Como afirma Thomas Merton, “a ação radical começa com a contemplação radical”.

“Aprofundar-se na teologia e na história da igreja” -- Poucos políticos cristãos têm uma compreensão da fé cristã como uma visão de mundo. Adquirem amplo conhecimento de temas políticos (ao menos, da sobrevivência política!), mas continuam com uma teologia de berçário. Como resultado, não pode haver uma verdadeira síntese. Há que se adquirir uma cosmovisão bíblica e uma familiaridade com a experiência acumulada pelo povo de Deus na política ao longo dos séculos.

“Fazer do engajamento uma prática comunitária” -- Cercado de um grupo de amigos profetas, aos quais ele se abre com franqueza, o cristão envolvido na política evita o individualismo, que

leva à ilusão, à militância irrefletida e à perda da autocrítica. Esses amigos devem ser capazes de dizer, se necessário: “É melhor você sair da política, pois sua presença já não ajuda a causa do reino”.

“Ter um espírito humilde” -- O que fazemos na política não é a vontade de Deus, mas a nossa compreensão dessa vontade. Cientes disso, seremos humildes e abertos a aprender com os outros. Nossa responsabilidade não é acertarmos, mas sermos fiéis à luz que temos e estarmos abertos a adquirir mais luz, venha de onde vier.

### **Um exemplo de homem público**

A escolha de Paulo, em vez de uma figura bíblica mais claramente política, talvez surpreenda. Porém, não quando encaramos a política como um ministério cristão, regido pelos mesmos princípios básicos de outros ministérios. Ou seja, embora o ministério político exija dons

específicos, eles devem ser exercidos dentro dos parâmetros estabelecidos pelo próprio “estilo” do Deus Trino na sua obra de criação e redenção do mundo. Daí a relevância da frase de Paulo: “Sejam meus imitadores, como eu sou imitador de Cristo” (1Co 11.1).

Em 2 Coríntios, Paulo responde a ataques, defendendo seu estilo de ministério. Seus adversários são “falsos apóstolos”, arrogantes, com uma conduta pessoal autoritária; “mamam” de suas congregações e gabam-se de seus poderes espirituais, dizendo que um autêntico servo de Deus não deve passar por sofrimento ou necessidade. São representantes da teologia da saúde e da prosperidade.

“Abnegação: a aceitação da precariedade da vida pública” -- O homem público cristão tem de saber que está sob sentença de morte (2Co 1.8-9). Ele se despiu de ambições de carreira, postos, bom nome (o justo será difamado). Sobrevive no mundo político pela graça de Deus; a sua ação não visa, em primeira instância, “se manter” na política.

O político cristão representa a visão bíblica de mundo, mas é um vaso de barro (2Co 4.7-10). As chances são contra o seu sucesso; por isso, sua carreira tem de estar sempre no altar. Essa é mais uma etapa da encarnação: Deus permite que a defesa de sua glória no reino da política seja feita por nós. A política é enganosa e cria uma impressão de poder, de sermos vasos preciosos, mas é necessário que o vaso seja humilde.

“Vida interior: a necessidade da renovação diária” -- Temos em 2 Coríntios 1.12 a decisão de buscar a aprovação somente em Deus. O desejo da aprovação dos homens é causa frequente

da perda de rumo por políticos cristãos. Perder os votos dos evangélicos? Se for necessário, esta é a opção correta.

Mesmo que o nosso homem exterior se corrompa, o nosso homem interior se renova dia após dia (2Co 4.16). A corrupção se opõe à renovação diária — este é o único antídoto.

“Desconfiança de si mesmo: grupos proféticos de apoio” -- Embora fosse apóstolo, Paulo não trabalhava sozinho. Procurava sempre reunir outros ao seu ministério. Um exemplo para o político cristão.

Paulo apela à sua consciência (2Co 1.12), mas reconhece que ela falha (1Co 4.4), pois também foi afetada pela queda e precisa ser educada pelo Espírito Santo. Daí a importância dos “amigos profetas”, afiadores da consciência do político.

A produção de políticos cristãos autênticos é tarefa do Corpo de Cristo, sem ser tarefa da instituição eclesial. Esses amigos têm de ser discretos, sem ambições pessoais. É um papel que pode ser exercido por alguém sem o carisma de uma figura pública.

Foi a falta de um grupo assim que levou Samuel a cair no nepotismo. Nenhum crente tinha coragem de criticar a “vacina sagrada” que ele havia se tornado. Por isso, ele teve de ouvir a verdade da boca do povo incrédulo (1Sm 8.1-5).

“Transparência financeira” -- Paulo fez-se acompanhar de um representante das igrejas para levar a oferta para os cristãos de Jerusalém (2Co 8.18-21). O princípio é: “proceder honestamente diante dos homens”. O “fiscal” foi escolhido pelas igrejas, não por Paulo! Além disso, o apóstolo mantinha um padrão de vida modesto.

“Autocontrole no uso do poder” -- A concepção que Paulo tinha do seu ministério era de cooperador da alegria dos cristãos, não de dominador sobre sua fé (2Co 1.24). O poder é uma forma de corrupção que atinge até os “incorruptíveis” por dinheiro. Na Revolução Francesa, Robespierre representava esse tipo: um revolucionário puro que não se vendia, mas que se considerava indispensável. Os adversários de Paulo eram personalistas, populistas, centralizadores. Mas ele se recusou a participar desse jogo, mesmo em nome de um populismo mais “santo” (1Co 3.4-6).

“Tolerais quem vos escravize, quem vos devore, quem vos detenha, quem se exalte, quem vos esbofeteie no rosto” (2Co 11.20). O estilo dos adversários lembra muitos políticos evangélicos. E a comunidade evangélica tolera esses arrogantes que nos devoram!

“Estilo político: o apelo à consciência” -- O apelo do político cristão deve ser à consciência de todos, não aos preconceitos, interesses particulares ou corporativos (2Co 4.2). O estilo da campanha definirá, em boa parte, as possibilidades do mandato. Porém é possível eleger-se dessa forma?

A conscientização bíblico-política dos evangélicos ainda é pequena. Daí que a reforma da igreja e a presença política devem ser irmãs gêmeas. Por isso, o cristão politizado nunca deve

lavar as mãos da realidade eclesiástica, mas empenhar-se na sua reforma.

Adaptado do capítulo 8 do livro [Religião e Política, Sim; Igreja e Estado, Não](#) (Editora Ultimato).

• **Paul Freston**, inglês naturalizado brasileiro, é professor colaborador do programa de pós-graduação em sociologia na Universidade Federal de São Carlos e professor catedrático de religião e política em contexto global na Balsillie School of International Affairs e na Wilfrid Laurier University, em Waterloo, Ontário, Canadá.

[http://www.ultimato.com.br/?pg=show\\_artigos&artigo=2553&secMestre=2565&sec=2585&num\\_edicao=322](http://www.ultimato.com.br/?pg=show_artigos&artigo=2553&secMestre=2565&sec=2585&num_edicao=322) (acessado 25.02.2010)